

A inclusão de homossexuais no protestantismo.

The inclusion of homosexuals in the Protestantism.

Maria Cristina Rocha Barreto¹
José Evaristo de Oliveira Filho²

Resumo: Este artigo discorre sobre a inclusão de homossexuais no Protestantismo. Assumindo que a construção dos gêneros e das práticas sexuais é uma construção social, este trabalho procura mostrar o papel da religião na socialização e legitimação dos homossexuais à vida religiosa, especificamente na fração cristã do Protestantismo. Considerando que o Protestantismo tem sido o segmento da religião cristã que mais tem promovido modificações em suas crenças e padrões de comportamento, e sendo uma dessas modificações a inclusão de homossexuais em suas igrejas desde meados do século XX, discorre-se sobre a inclusão de homossexuais em igrejas Protestantes nas quais os homoafetivos não são coagidos a converterem-se à heterossexualidade; antes, tornam-se parte da comunidade de fé e passam a exercer os seus direitos e deveres religiosos.

Palavras-Chave: Inclusão. Protestantismo. Homossexualidade.

Abstract: This article discusses the inclusion of homosexuals in Protestantism. Assuming that the construction of gender and sexual practices is a social construction, this paper aims to show the role of religion in socialization and legitimization of homosexual religious life, specifically in the Christian fraction of Protestantism. Whereas that Protestantism has been the segment of the Christian religion that has most promoted changes in their beliefs and behavior patterns, and one of those changes being the inclusion of homosexuals in their churches since the mid-twentieth century, this article explains about the inclusion of homosexuals in the Protestant churches in which homosexual are not coerced to convert to

¹ Doutora em Ciências Humanas, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus Central, Mossoró-RN. E-mail: mcrbarreto@gmail.com

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus Central, Mossoró-RN. Bolsista da CAPES. E-mail: evaristofilho@gmail.com

heterosexuality, but rather becomes part of the community of faith and goes through to exercise their rights and religious duties.

Keywords: Inclusion. Protestantism. Homosexuality.

INTRODUÇÃO

Este artigo considerará os efeitos da modernização sobre a religião na sociedade ocidental e a conseqüente dessacralização da sexualidade. Mostrará que a secularização não eliminou a religião cristã; antes, com a racionalização da religião, especialmente entre os Protestantes, criou-se um espaço para um novo pensamento cristão a respeito da sexualidade e, especialmente, sobre a homossexualidade. Haverá um enfoque também sobre o papel da religião na afirmação da homossexualidade no Protestantismo e os elementos constituintes do discurso teológico/ideológico que torna a homossexualidade aceitável como orientação e identidade sexual do cristão Protestante.

O posicionamento histórico do Protestantismo sempre foi o de rejeitar a homossexualidade, ora condenando-a como pecado, ora explicando-a como doença ou resultado de uma influência “demoníaca”. Além disso, a postura habitual das igrejas Protestantes tendo sido a de interditar a participação de homossexuais nos mais diversos aspectos da experiência religiosa coletiva. Portanto, trata-se de uma novidade não só o fato de existirem homossexuais presentes em vários segmentos do Protestantismo, mas também de fazerem parte da configuração de um novo tipo de igreja – a igreja inclusiva. Por ‘igreja inclusiva’ entende-se uma comunidade cristã que acolhe e integra heterossexuais e homossexuais com igualdade de direitos religiosos. O mesmo se aplica ao termo ‘Protestantismo inclusivo’.

Não apenas por ser uma novidade, mas principalmente pelas implicações sociológicas com respeito ao ainda importante papel da religião na sociedade, esse tema nos despertou o interesse por ser algo como a “última fronteira” para que a Igreja deixe para trás o seu legado de conservadorismo, intolerância e exclusão religiosa. Dessa forma, nasceu e cresceu o interesse em saber mais sobre as igrejas que acolhem homossexuais sem exigir-lhes o abandono de sua orientação sexual.

Percebemos que o surgimento de igrejas inclusivas torna plausível uma relação entre religião e homossexualidade além daquela de mútua exclusão. Embora ainda seja escassa a literatura que trate do assunto, há alguns estudos que apontam

que a relação de inclusão entre religião e homossexualidade é bem mais antiga que a de exclusão (ver CATONNÉ, 2001; FOUCAULT, 2007). Remontando-se à extinta Babilônia descobre-se que a atividade sexual, inclusive a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo, não somente estava vinculada à experiência religiosa, mas a própria religião organizava a sexualidade. Catonné (2001) mostra, por exemplo, que o culto à deusa Afrodite era marcado pela prática da adoração cultual, uma prática em que homens e mulheres mantinham relações entre si e com o mesmo sexo como uma forma de devoção à deusa. Isso porque, para o babilônio, as relações sexuais entre pessoas de mesmo sexo, desde que no âmbito sagrado, não eram vistas como uma forma de degradação de sua sociedade nem mesmo uma prática digna de reprovação. Antes, eram motivo de orgulho cultural, uma conquista de sua civilização.

Na Antiguidade, tanto na Grécia como em Roma, a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo esteve também, de alguma forma, associada à religião. Em ambos os povos, porém, esse tipo de relação refletia mais a sua estratificação social. Na Grécia, a pederastia, isto é, a relação – inclusive a sexual – entre um homem mais velho e um adolescente, cumpria a função social de preparar o jovem para o exercício de sua cidadania. No entanto, ainda que em menor escala que na Babilônia, a prática sexual com pessoas do mesmo sexo como forma de culto continuou sendo uma experiência comum em ambos os povos (CATONNÉ, 2001).

Percebe-se, então, que na Antiguidade a relação entre religião e sexualidade exercida entre pessoas do mesmo sexo era pacífica. Não há indícios de alguma objeção da parte da primeira à prática da segunda. Pelo contrário, a religião reafirma essa prática como forma de culto a uma divindade. Mas o surgimento e ascensão do Cristianismo nos séculos I a IV promoveu uma relação dessa religião com a sexualidade em geral, e com a homossexualidade em particular, que ficou marcada pelo conflito.

Tornando-se a religião oficial do Império Romano, a partir do século IV, o Cristianismo fez uso do poder militar romano para impor seu padrão moral sobre todos. Baseando-se principalmente nos ensinamentos do apóstolo Paulo, o Cristianismo desenvolveu uma concepção de sexualidade que restringia a prática sexual ao casamento monogâmico com finalidade única e exclusiva de procriação.

Assim, a religião cristã procurou eliminar da prática sexual o desejo e o prazer erótico, fazendo da sexualidade uma fonte de pecado, a marca indelével da

transgressão e o emblema de uma prática extremamente desonrosa (CATTONÉ, 2001). O sexo foi, portanto, sacralizado e normatizado pela Igreja, que passou a prescrever com quem, quando e como as pessoas deveriam ter relações sexuais.

Diferentemente das práticas da Antiguidade, no Cristianismo a prática sexual como uma forma de adoração ou serviço religioso tornou-se inadmissível. Ao invés de tornar-se uma forma de culto a Deus, os cristãos o honravam através do celibato e da abstinência sexual. A homossexualidade passou a ser condenada como aberração e seus praticantes eram severamente punidos (FOUCAULT, 1994; CATTONÉ, 2001).

Esse controle social da vida sexual persistiu por toda a Idade Média e, mesmo quando os Protestantes se desvincularam do Catolicismo, rejeitando a autoridade papal e estabelecendo seus próprios sistemas religiosos, o controle sobre a sexualidade não arrefeceu. Por toda a Europa os Protestantes prenderam, julgaram e condenaram a quem eles consideravam adúlteros, prostitutas e fornicadores, queimando vivos os “sodomitas”. Todas as formas de sexo não vaginal, sem a finalidade de procriação foram condenadas, especialmente o intercuro anal (NYE, 2004).

Com a secularização da sociedade e a laicização do Estado, Católicos e Protestantes perderam o poder militar até então usados para forçar seus interditos sobre a sociedade. Um dos efeitos da secularização sobre o Protestantismo foi o afrouxamento de suas concepções tradicionais sobre as práticas sexuais. O sexo não era considerado mais como sendo apenas para procriação; antes, deveria ser usado também para o prazer do casal. No entanto, permaneceu o padrão de sexualidade restrita à relação heterossexual e dentro do casamento monogâmico.

Com o surgimento dos movimentos de emancipação feminina e de grupos militantes homossexuais na primeira metade do século XX, o Protestantismo mais uma vez flexionou sua concepção da sexualidade, e os homossexuais passaram a ser aceitos nas igrejas históricas (Anglicanas, Luteranas, Presbiterianas e Metodistas). No início da segunda metade do século XX, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, os primeiros ministros protestantes assumiram a sua homossexualidade publicamente. E no início dos anos 1970 surgiram as primeiras igrejas *gays*, ou seja, igrejas lideradas por homossexuais e engajadas em evangelizar e servir a homossexuais (BAYLE, 1955). Hoje em dia já existem em diversas partes do mundo

várias denominações cristãs exclusivas para homossexuais e também algumas que podem ser consideradas como igrejas inclusivas.

Nesse contexto, portanto, não se pode esquecer que a religião cristã foi um fator crucial na construção das identidades de gênero e das práticas sexuais no passado (FOUCAULT, 2007). Do lado negativo, quando quis, a religião cristã contribuiu para criar e legitimar as identidades de gênero e sexualidade que ainda são aceitas em todo o Ocidente, ao mesmo tempo em que perseguiu, oprimiu e executou os praticantes daquelas formas de sexualidade que ela considerava como sendo inaceitáveis (CATTONÉ, 2001). E, mesmo hoje, após a secularização da vida social, a religião cristã ainda detém recursos ideológicos, políticos e econômicos suficientes para provocar transformações na sexualidade.

O Protestantismo, como os demais segmentos da religião cristã, influiu na formação das identidades de gênero masculino e feminino, de seus papéis e funções, e em sua relação de poder. Foi importante também na formação das relações de gênero, sexualidade e suas representações na sociedade Ocidental. A construção da identidade de gênero (bem como as formas de sexualidade largamente aceitas no Ocidente) está intimamente conectada aos ensinamentos, às normas e aos valores religiosos cristãos que têm estruturado as relações interpessoais.

A descentralização e a liberdade de interpretação bíblica que têm marcado o Protestantismo, certamente, tem produzido um canteiro fértil para constantes reformulações em suas crenças e práticas religiosas. A inclusão e integração de homossexuais é fruto de uma dessas reformulações que, ao incluir e integrar homossexuais à igreja, desconstrói-se um padrão de moralidade sexual aceito e praticado por séculos entre os cristãos Protestantes.

PROTESTANTISMO E HOMOSSEXUALIDADE

Não é uma tarefa fácil realizar qualquer tipo de pesquisa sobre religião e homossexualidade³. Pois, se ambos os temas, separadamente, já são por demais polêmicos, quando colocados contigualmente em discussão são passíveis de despertar sentimentos acirrados, uma vez que são temas delicados para serem abordados em

³ Os termos 'homossexualidade' e 'homoafetividade' serão usados intercambiavelmente para se referir à orientação sexual de quem ter por objeto de afeto, desejo e prática sexual um indivíduo do mesmo sexo. Da mesma forma, os termos 'homossexual' e 'homoafetivo' também serão usados de modo intercambiável e sem distinção para homens e mulheres.

pesquisas empíricas devido aos sujeitos pesquisados geralmente temerem ser expostos em sua privacidade. Apesar do risco de se caminhar em um terreno minado, este artigo procura explorar, especialmente diante do crescente número de igrejas inclusivas, as relações existentes entre religião e homossexualidade.

O Protestantismo⁴ dos dias atuais mudou a sua posição clássica a respeito da homossexualidade. Muitas de suas igrejas já aceitam homossexuais como membros comungantes, sacerdotes (pastores) e ministros leigos. Algumas igrejas também já celebram a união matrimonial (religiosa) entre pessoas do mesmo sexo. Essas transformações apontam claramente para uma abertura sem precedentes na história do Protestantismo em relação aos homossexuais, pois eles estão sendo incluídos na vida normal de muitas igrejas sem a necessidade de reorientar sua opção sexual à heterossexualidade. Esta é uma mudança significativa, pois historicamente o Protestantismo só incluiu homossexuais por meio da conversão, exigindo a rejeição de da orientação e prática homossexual.

De fato, a homossexualidade é vista muitas vezes como uma doença e a conversão seria a sua cura: “A prática sexual com pessoa do mesmo sexo é significada como problemática, situação que leva à intensificação do vínculo religioso na busca da cura no âmbito da sexualidade” (NATIVIDADE, 2005, p. 254).

Mesmo quando uma igreja não considera a homossexualidade como uma doença, defende-se a posição conservadora de abandono da mesma, pois vai contra a interpretação que se faz das escrituras judaico-cristãs. Essa posição conservadora é defendida por Richards B. Hays, ministro da Igreja Metodista Unidade e professor de Novo Testamento da *Duke Divinity School*:

[...] Eu penso que é prudente e necessário deixar o inequívoco testemunho da Escritura e da tradição cristã ordenar a vida da igreja nessa dolorosa questão controversa. Nós devemos afirmar que o Novo Testamento conta-nos a verdade sobre nós mesmos como pecadores e como criaturas sexuais criadas por Deus: o Casamento entre homem e mulher é a forma normativa para a realização sexual humana, e a homossexualidade é um entre muitos sinais trágicos de que nós somos pessoas quebrantadas, alienadas do propósito amoroso de Deus (HAYS, 1994, p.13, tradução nossa).

⁴ Os termos ‘Protestantismo’, ‘Protestante’ e seus correlatos, são aqui usados para identificar as igrejas cristãs e os fiéis de qualquer tradição teológica, seja calvinista, arminiana, evangélica, pentecostal etc. Referem-se às igrejas e fiéis organizados em denominações ou congregações independentes que reconhecem na Bíblia a sua autoridade final em matéria de fé e prática, e que se identificam histórica e teologicamente com os princípios de livre interpretação bíblica e necessidade de conversão pessoal à fé cristã conforme foram postulados e defendidos da Reforma Protestante do século XVI.

Semelhante posição foi defendida pelo recém-falecido Robinson Cavalcanti, cientista político e Bispo da Igreja Anglicana de Recife, Pernambuco, ao apontar que a Comunhão Anglicana “afirma a incompatibilidade entre a prática homoerótica e as Sagradas Escrituras”. No entanto, Cavalcanti faz diferenciação entre orientação e prática homossexual, indicando que não há “incompatibilidade da orientação ou da inclinação, mas da prática, que seria uma nova forma de fazer distinção entre tentação e pecado” (CAVALCANTI, 2005, p. 30).

Um fato importante a ser considerado é que, nas igrejas históricas não fundamentalistas, embora a homossexualidade seja condenada, há uma atitude geral de aceitação desta orientação sexual e afirmação dos direitos civis de seus adeptos, enquanto a homofobia é condenada, pois “a reafirmação do padrão heteroerótico não pode significar preconceito, discriminação, agressão ou marginalização dos homossexuais” (CAVALCANTI, 2005, p. 27).

Algumas igrejas, no entanto, defendem a plena aceitação do homossexual, tanto em orientação como em prática, sem a necessidade de conversão à heterossexualidade. Essa é a posição defendida por Jeffrey S. Siker, ministro Presbiteriano e professor do Novo Testamento no Departamento de Estudos Teológicos de *Loyola Marymount University*, Los Angeles, Estados Unidos. Ele afirma que

[...] a orientação homossexual é normal, dada por Deus; por definição, a expressão homossexual também pode ser natural e em consonância com as possibilidades de uma autêntica existência humana perante Deus, assim como o é a heterossexualidade. [...] Experimentar a graça de Deus em Cristo não significa que alguém deixa de ter uma orientação homossexual e se converte para ter uma orientação heterossexual (SIKER, 1994, p. 180, tradução nossa).

Indo ainda mais longe, há Protestantes ativistas pró-homossexualidade de linha progressista, como Virginia Ramey Mollenkott, escritora e professora de inglês em *William Paterson College*, New Jersey (EUA), que afirma haver “novas provas – bíblicas, teológicas, históricas e médicas – que torna cada vez mais evidente que o sistema heterossexista não é ordenado por Deus, mas é tão iníquo aos olhos de Deus como o racismo [...]” (MOLLENKOTT 1994, p. 148).

Essa atual afirmação da homossexualidade pelos Protestantes deve ser

analisada dentro de um contexto histórico-social. As categorias da sexualidade, tanto de heterossexualidade como de homossexualidade (e outras possíveis) são entendidas como sendo construídas histórica e socialmente. Nesse sentido, a homossexualidade, por exemplo, não é um fenômeno idêntico e uniforme em todas as épocas, mas tem variado historicamente em termos não só de posição, mas também de significado social.

Entende-se também que a ideia de que a homossexualidade é um tipo humano específico ou identidade social é uma exclusividade das sociedades modernas ocidentais. Nessa questão, acompanha-se o pensamento de Foucault em sua *História da Sexualidade*. Para Foucault, como havia sido definido pelos antigos códigos civis e canônicos, a sodomia era uma categoria de atos proibidos e seu perpetrador não era outro senão o objeto jurídico deles. Assim, o homossexual do século XIX se tornou uma “personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida...” (FOUCAULT, 2007, p. 43). Em outras palavras, não é possível comparar o homossexual da atualidade com o pederasta da Grécia nem o homossexual Protestante com o prostituto cultural da Babilônia na Antiguidade.

O homossexual Protestante da atualidade deve ser considerado dentro de um contexto em que se relacione a religião e os processos de socialização e legitimação. E, para tanto, é necessário compreender o que é a religião e o que ela faz, não somente com o indivíduo, mas também com a sociedade.

DEFININDO A RELIGIÃO E SUAS FUNÇÕES

As ciências sociais têm definido a religião de forma diversificada. Muitas das definições apresentadas indicam, na verdade, a função da religião. É o caso dos antropólogos Malinowski e Radcliffe-Brown. O primeiro atribuiu à religião a capacidade de ajudar as pessoas a lidarem com os reveses da vida, enquanto o segundo entendia a religião como “parte da estrutura da sociedade, ajudando a mantê-la em algum tipo de equilíbrio” (BOWIE, 2006, p. 3-5, tradução nossa). Tylor também pensou em religião como uma “tentativa errônea de fazer com que o mundo tenha sentido” (BOWIE, 2006, p. 3-5, tradução nossa).

Já para Durkheim, a religião não é uma resposta individual às vicissitudes da vida, mas uma forma de incorporação dos ideais mais elevados da sociedade, uma

projeção da sociedade que age como força de coesão social. De fato, a preocupação de Durkheim era com aquilo que a religião podia fazer socialmente e, portanto, ele estava interessado em como a religião unia os membros de uma sociedade. É dentro desse contexto, portanto, que deve ser entendida a sua definição de religião, a saber:

[...] um sistema unificado de crenças e de práticas relativas às coisas sagradas, ou seja, que são separadas e proibidas – crenças e práticas que unem em uma singular comunidade moral chamada de Igreja todos aqueles que aderem a elas (DURKHEIM, 1968, p. 49, tradução nossa).

Em sua definição de religião, vê-se, primeiramente, que Durkheim distingue entre coisas sagradas e profanas, entre coisas permitidas e proibidas, entendendo a religião, portanto, como um sistema de classificação capaz não somente de ordenar o grupo religioso, mas também, dependendo da força de sua influência, a própria sociedade. Para ele, a própria sociedade seria um vasto sistema de classificação e, nesta perspectiva, a religião seria a representação e reapresentação aos seus membros dessa ordem social (ELLER, 2007, p. 138).

Em segundo lugar, e mais importante aqui, é que Durkheim define a religião em termos substanciais, atribuindo às coisas sagradas essa capacidade de integrar aqueles que aderem a suas crenças e práticas. A religião é capaz de fazer com que indivíduos diferentes se unam em torno de valores comuns e de uma moral compartilhada.

Assim, a religião não diz respeito simplesmente aos modos como as pessoas adoram aos seus deuses, mas é principalmente sobre como as pessoas devem ser e de que maneira devem se comportar em grupo (ELLER, 2007, p. 21), cumprindo um papel importante na socialização dos indivíduos. Convém, então, entendermos como se dá o processo de socialização e a sua relação com a sacralização da sexualidade.

A SOCIALIZAÇÃO RELIGIOSA E A SACRALIZAÇÃO DA SEXUALIDADE

Berger (1985, p. 28) entende por socialização “[...] os processos pelos quais se ensina uma nova geração a viver de acordo com os programas institucionais da sociedade” e que por meio dela os indivíduos aprendem a:

[...] participar das suas tarefas estabelecidas e a aceitar os papéis bem

como as identidades que constituem a estrutura social. [...] O indivíduo não só aprende os sentidos objetivados como se identifica com eles e é modelado por eles. Atrai-os a si e fá-los seus sentidos. Torna-se não só alguém que possui esses sentidos, mas alguém que os representa e exprime (BERGER, 1985, p.28).

Dessa maneira, a socialização não somente leva o indivíduo a entender o seu papel na sociedade, mas também a internalizar esse papel de modo a agir em conformidade com ele. Assim,

O indivíduo se apropria da realidade das instituições juntamente com os seus papéis e sua identidade. [...] assume ele os papéis que lhe são atribuídos nesse contexto e apreende a sua própria identidade em termos desses papéis. Assim, ele não só desempenha o papel de tio, mas é um tio. E, se a socialização foi bastante bem sucedida, não deseja ser alguma outra coisa (BERGER, 1985, p. 30).

A socialização procura, então, adequar o indivíduo a ser um determinado tipo de pessoa que age de uma determinada forma em uma determinada realidade social. A socialização visa, pois, garantir um “consenso perdurável no tocante aos traços mais importantes do mundo social” (BERGER, 1985, p. 42). E a religião, por sua vez, contribui com esse processo de socialização ao estabelecer de modo duradouro e intenso as motivações e as crenças nos indivíduos. Adicionalmente, ela faz com que os indivíduos percebam aquilo que eles mesmos criaram como tendo origem divina e, ao fazê-lo, a religião afeta a ordem social por conceber cada aspecto da realidade como um sistema integrado onde há uma relação direta e inseparável entre mitos, ritos, crenças, valores religiosos, formas de afinidade, economia, política e instituições da sociedade.

No que diz respeito à sexualidade, a socialização religiosa primeiramente conduziu o Cristianismo e, conseqüentemente, o Ocidente, à sacralização da sexualidade, ou seja, a considerá-la algo sagrado, permitindo, portanto, sua prática apenas se observadas certas regras.

Essa sacralização orquestrada pela socialização religiosa se percebia mais claramente quando a Igreja tinha grande influência no mundo. No Ocidente, desde a sua ascensão no século IV até a Modernidade, a religião cristã impôs sua visão de mundo sobre indivíduos e sociedades, ordenando e regulando cada aspecto da vida social e privada. Qualquer ideia ou prática sexual que não fosse condizente com a

ordem estabelecida pela Igreja era severamente punida (FOUCAULT, 1994; CATTONÉ, 2001).

Como a igreja ditava com quem e como expressar a sexualidade, uma das funções básicas dos líderes eclesiásticos era investigar a vida dos fiéis a fim de averiguar, não somente se eles estariam empregando métodos para enganar a natureza em busca da esterilidade, como a sodomia ou o coito interrompido, mas também os atos em desacordo com os papéis sociais que homens e mulheres deveriam desempenhar (BOZON, 1954).

Com a institucionalização do Cristianismo no Ocidente, as regras sexuais altamente restritivas da religião cristã agora tinham ao seu dispor um aparelho de controle institucionalizado – o poder militar do Estado – e com isso foi capaz de exigir um comportamento sexual em “função de princípios absolutos e sagrados, aplicados a todos” (BOZON, 1954, p. 20). Isso gerou uma Cristandade que não podia licitamente ter uma vida sexual com prazer, de modo que este “só poderia ser experimentado na transgressão” – transgressão que os papéis de gênero impostos permitia aos homens, mas não às mulheres (BOZON, 1954, p. 27). No entanto, essa capacidade de ordenar a realidade social, os papéis de gênero e as práticas sexuais, começou a perder força com a secularização. Assim, veremos a seguir, os efeitos da secularização sobre a religião cristã e, especialmente, sua relação com a concepção da sexualidade.

RELIGIÃO E SECULARIZAÇÃO

Por secularização compreende-se o processo pelo qual se explica o declínio em poder, prestígio e popularidade da religião (BRUCE, 2010). A secularização, portanto, diz respeito à perda da influência da religião sobre os Estados, sobre a economia e política, assim como sobre o monopólio do sagrado.

Com a perda de influência sobre o Estado e, conseqüentemente, sobre a sociedade em termos gerais, a religião cristã precisou buscar novas maneiras de exercer sua influência. No caso do Protestantismo, a racionalização foi integrada à experiência religiosa. Antes disso, o Catolicismo transmitia a ideia de que Deus poderia ser manipulado através de rituais e da penitência. A partir da e com a Reforma Protestante houve uma demitologização do mundo que enfraqueceu a ideia

de que Deus poderia ser manipulado pelo ritual, produzindo assim um processo de racionalização ética do comportamento (BRUCE, 2010; WEBER, 2002).

Como o surgimento do Estado moderno e a sua laicização nos países industrializados da Europa, a religião perdeu o aparelho institucionalizado de coerção social. As instituições sociais passaram a ser concebidas em termos racionais. Assim, os métodos formais de regular a vida sexual foram gradativamente esmaecendo, com um afastamento substancial da regulação moral das igrejas e foi adotado um modo mais secular de organização em que a sexualidade poderia ser pensada também fora dos preceitos religiosos (WEEKS, 2003, p. 24-25).

Não se pode pensar, no entanto, que a secularização significou o fim da religião ou do Cristianismo no Ocidente. Apesar de a Europa ter sido grandemente secularizada, o mesmo não pode ser dito dos Estados Unidos e da América Latina. Os Estados Unidos foram fundados como nação Protestante, e continuam sendo, apesar do alto nível de secularização da vida social. A maioria dos países latino-americanos continua sendo oficialmente católicos. Mesmo com a laicização do Estado e a dessacralização das instituições sociais, a religião continua sendo decisiva em nível de crença, consciência e prática individual.

A secularização levou a religião cristã a limitar sua força coercitiva à esfera dos espaços eclesiásticos e, ainda assim, com restrições, pois mesmo sofrendo coerção, o indivíduo não poderia mais ser obrigado pela força militar do Estado a cumprir as normas religiosas. Assim, pode-se afirmar que o Protestantismo vem promovendo – embora não intencionalmente a princípio – por meio da livre interpretação das Escrituras, uma multiplicidade de igrejas com crenças, práticas e formas de governo que têm como base uma ética expressa não somente na esfera religiosa, mas também no cotidiano (WEBER, 2003; BRUCE, 2010).

A prosperidade econômica também teve impacto sobre os Protestantes:

[...] O efeito de prosperidade sobre as seitas protestantes pode ser generalizada: a riqueza crescente reduziu o fervor e o tradicionalismo religioso [...]. A religião muitas vezes fornece consolo para os despossuídos. Conforme essas religiões prosperam, a fé é reescrita e perde muito de seu poder (BRUCE, 2010, p. 423, tradução nossa).

No caso do Protestantismo, a prosperidade imediata proporcionou uma maior abertura em outros aspectos da vida, entre eles, o da sexualidade. Desse modo,

o sexo já não se restringe mais à procriação e agora pode ser desfrutado também pelo prazer.

Essa abertura em relação à sexualidade cresceu lentamente, porém deu um grande salto nas seis últimas décadas, a ponto de se ver hoje o surgimento e o crescimento das igrejas inclusivas e, por meio delas, entre outras coisas, percebe-se que a fé Protestante está sendo reescrita, pois do contrário não seria possível legitimar a inclusão dos homossexuais em suas fileiras.

A LEGITIMAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE NO PROTESTANTISMO

A atual inclusão de homossexuais no Protestantismo parece depender de um exaustivo esforço de legitimação religiosa. Por legitimação entende-se o conhecimento socialmente objetivado que serve para explicar e justificar a ordem social servindo como resposta a quaisquer perguntas sobre o porquê dos dispositivos institucionais e cujo propósito fundamental é a “manutenção da realidade, tanto ao nível objetivo como ao nível subjetivo” (BERGER, 1985, p. 42 e 45).

A questão da legitimação religiosa foi ligeiramente considerada por Marx quando observou a influência da religião para validar a ordem estabelecida pela classe dominante (ELLER, 2007). Convém lembrar que, para Marx, a força motriz da sociedade e da cultura não está nas ideias, mas sim na produção material dos homens. Os homens se relacionam com o mundo através de seu trabalho, que é uma forma de expressar e projetar a si mesmo de forma objetiva e de se relacionar com os outros. A forma como os homens organizam o trabalho define a forma como os homens se relacionam em sociedade. Nas relações sociais entre os homens há aqueles que dominam e aqueles que são dominados. Os que dominam o fazem não somente através da economia, mas também através do sistema educacional, da mídia e, também, da religião.

Para Marx, a religião era, então, um reflexo da realidade social e dependia estreitamente das formas materiais de existência sendo, portanto, uma “forma de alienação – um sintoma de malformação social que disfarça as relações de exploração da sociedade capitalista por persuadir os crentes de que essas relações são naturais e, portanto, aceitáveis” (DAVIE, 2006, p. 173, tradução nossa). No entanto, a religião não apenas reflete a orientação política ou econômica de uma sociedade, mas

também a legítima: “a religião fornece a resposta, por criar e forçar uma visão de mundo que explica e autoriza o atual arranjo social. [...] a religião ajuda a explicar porque as coisas são do jeito que são e por que devemos nos unir a ela” (ELLER, 2007, p. 22, tradução nossa).

Enquanto Marx estabelece uma relação entre a produção material e a legitimação religiosa, Weber mostra que há uma relação não somente da influência da produção material humana sobre a religião, mas também há um refluxo da religião sobre a existência material. Não é somente a sociedade que atrai e influencia a religião, mas esta faz o mesmo com a sociedade (DAVIE, 2006). Assim, quando considerando as transformações histórico-sociais da Europa, Weber afirma: “Foi o poder da influência religiosa, não só, mas principalmente ele, que criou as diferenças que nos são perceptíveis hoje em dia” (WEBER, 2002, p. 39).

Tendo sido rejeitada e condenada por séculos pelo Cristianismo, seja ele Católico ou Protestante (ver FOUCAULT, 1994; CATTONÉ, 2001; SYKER, 1994; GIUMBELLI, 2005; HEILBORN, 2005; MEADE e WIESNER-HANKS, 2004), a homossexualidade tem sido, atualmente, “perdoada” e “reconciliada” para ser aceita e afirmada no Protestantismo inclusivo através de uma reinterpretação das escrituras que outrora eram usadas para condená-la (ver SYKER, 1994; YOUNG, 2000; HASBANY, 1989; KUEFLER, 2006).

Uma vez que a teologia protestante defende que a Bíblia tem autoridade divina sobre os fiéis e que rejeitar a sua autoridade é rejeitar ao próprio Deus (GRUDEM, 2011), a autoridade divina da Bíblia torna-se o instrumento principal de legitimação da condenação ou da aceitação da homossexualidade no Protestantismo. É interessante, portanto, observar que os mesmos textos bíblicos usados para rejeitar a homossexualidade como sendo condenada por Deus, também são usados para defender a homossexualidade como sendo aceitável a Ele, o que torna ainda mais significativo o papel da legitimação religiosa quanto à exclusão/inclusão de homossexuais no Protestantismo.

Pode-se dizer que não houve (e talvez ainda não haja) outro instrumento de legitimação mais amplo e efetivo do que a religião, considerando-se que o papel da legitimação é a manutenção da realidade, tanto ao nível objetivo como ao nível subjetivo, e a legitimação efetuada por meio dela é tão eficaz “porque relaciona com a realidade suprema as precárias construções da realidade erguidas pelas sociedades

empíricas” (BERGER, 1985, p. 45).

Assim, através de uma reinterpretação da Bíblia que cria outra visão de mundo que justifica o atual arranjo da homossexualidade, as igrejas inclusivas vão explicar porque o homossexual pode agora ser aceito na igreja como tal, e o faz de uma maneira que os indivíduos não percebem que essa realidade, esse novo arranjo, também é uma construção social.

Quando a legitimação religiosa oculta dos indivíduos essa percepção de uma realidade socialmente construída, os modos e as formas de se agir socialmente, as regras e normas, como se comportar, como falar, como ser homem ou mulher, o que é devido aos papéis de gênero, as expressões sexuais permitidas ou proibidas, tudo isso passa a ser considerado como criação divina e, portanto, deve ser regulada de cima, ou seja, com base em leis e regras consideradas como dadas pela divindade (como a Bíblia, por exemplo) e não como sendo, de fato, humanamente construídas.

Dessa forma, considerando que os modos de ser e de agir devem ocorrer de acordo com a ordenação divina, os indivíduos passam a “acreditar que, executando os programas institucionais que lhes foram impostos, limitam-se a realizar as mais profundas aspirações do seu ser e a se porem em harmonia com a ordem fundamental do universo” (BERGER, 1985, p. 46).

Convém recordar, no que se refere às questões de gênero e de sexualidade, que a religião cristã criou e legitimou as definições tradicionais, além de impô-las sobre os outros. Mais do que isso, a religião cristã tem oprimido os outros com a sua força coercitiva, obrigando os indivíduos que se veem fora do padrão estabelecido a viverem sob uma existência de culpa e de preconceito em relação a si mesmos. Por outro lado, em contextos específicos no tempo e no espaço, a religião cristã também foi um meio de subverter, transgredir, transformar e liberar o gênero (MEADE e WIESNER-HANKS, 2004). E é precisamente em direção a esse último aspecto que a legitimação religiosa tem se inclinado no Protestantismo. Tem havido toda uma reelaboração teológica para legitimar a inclusão de homossexuais nas igrejas e isso tem subvertido as concepções históricas do Cristianismo a respeito da homossexualidade, além de romper com a interpretação tradicional de que as escrituras judaico-cristãs condenam a homoafetividade.

Uma vez que as identidades e papéis de gênero dependem do reconhecimento dos outros, pois um indivíduo só se pode identificar com um papel na medida em que

os outros o identificaram com ele, a legitimação religiosa age para que a comunidade moral da igreja aprove e adote os papéis de gênero da maneira como são concebidos por ela mesma.

Na compreensão de Berger (1985),

[...] quando os papéis, e as instituições às quais eles pertencem, são investidos de importância cósmica, a auto-identificação cósmica com eles atinge uma nova dimensão. Com efeito, agora não são só os outros seres humanos que o reconhece da maneira apropriada ao seu papel, mas também os seres supra-humanos com que as legitimações cósmicas povoam o universo. Sua auto-identificação com o papel se torna, por conseguinte, mais profunda e estável (p. 50).

Assim, sob a ótica da igreja inclusiva, a homossexualidade deve ser aceita pelos outros porque ela é primeiramente aceita por Deus. Uma vez que a comunidade moral, a igreja, diz que a homossexualidade é aprovada por Deus, o homossexual pode aceitar a si mesmo sem culpa e autocondenação. Uma vez que a comunidade moral cria, define, defende e propaga a possibilidade de uma identidade cristã homossexual, uma identidade aprovada por Deus, o homossexual pode, então, internalizar essa identidade de forma mais densa e firme.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se apresentar neste artigo, ainda que de forma resumida, os fundamentos e a pertinência do estudo da religião e de sua relação com a sexualidade e, mais especificamente, com a homossexualidade. Assim, foi apresentando um breve levantamento histórico para mostrar que nem sempre religião e homossexualidade estiveram em conflito, fato que surge de forma agressiva e generalizada somente a partir da ascensão do Cristianismo como religião dominante no Ocidente. Mostrou-se o papel inicial da religião na construção e sacralização das ideias de gênero e sexualidade, bem como os efeitos da secularização sobre a religião cristã, que minimizou, mas não eliminou, sua influência sobre os padrões de comportamento, especialmente no de seus fiéis.

Os conceitos de socialização e legitimação foram apresentados como um dueto sobre o qual a religião exerce a sua função de dar sentido e coesão à sociedade não apenas em uma acepção macro, mas também microsociológica. Nosso foco

esteve sempre no papel da religião dentro de um segmento religioso específico, sem a pretensão de ir além do recorte que foi dado às teorias e conceitos aqui contemplados. Dentre esses, o conceito de Durkheim, ainda que limitado quando se procura pensar a religião em geral, permanece como a melhor definição para a religião Protestante, que é essencialmente funcionalista em suas crenças e práticas.

A religião foi demonstrada como sendo um efetivo meio pelo qual é possível fazer com que indivíduos diferentes se unam ao redor de valores comuns e compartilhem de uma mesma moral. Ela, portanto, não se preocupa apenas com uma relação vertical com o divino, mas também toma o divino como meio de legitimação para ordenar a vida em grupo. No entanto, a legitimação religiosa não é um fim em si mesmo. Seu propósito é fazer com que os indivíduos sejam integrados à vida religiosa, de maneira que eles possam compartilhar das mesmas crenças e práticas, enquanto interagem entre si e se dedicam a um propósito comum.

Portanto, no que depender desses elementos – socialização e legitimação religiosa – o homossexual que deseja expressar a sua fé cristã, sem abandonar a sua orientação sexual, encontrará hoje uma promessa de acolhimento e pertencimento no Protestantismo Inclusivo, ainda que a constatação da efetividade de tal inclusão e os seus efeitos sobre a sociedade pertençam ao futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAYLE, Derrick Sherwin, **Homosexuality and the Western Christian Tradition**. London: Longmans, Green and Co., 1955.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

BOWIE, Fiona. Anthropology of religion. In: SEGAL, Robert A. (Ed.) **The Blackwell companion to the study of religion**. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2006, p. 3-23.

BOZON, Michel. **Sociologia da Sexualidade**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRUCE, Steve. Secularization. In: TURNER, Bryan S. (Ed.) **The new Blackwell companion to the sociology of religion**. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2010, p. 413-428.

CATONNÉ, Jean-Philippe. **A sexualidade, ontem e hoje**. 2. ed. Trad. M. I. Koralek. São Paulo: Cortez, 2001.

DAVIE, Grace. Sociology of religion. In: SEGAL, Robert A. (Ed.) **The Blackwell**

companion to the study of religion. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2006, p. 171-192.

DURKHEIM, Émile. **Las formas elementares de la vida religiosa.** Buenos Aires: Editorial Shapire, 1968.

ELLER, Jack David. **Introducing Anthropology of Religion: Culture to the Ultimate.** New York: Routledge, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber.** 18ª ed. São Paulo: Graal Editora, 2007.

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **História da sexualidade 3: O cuidado de si.** 9ª Ed. São Paulo: Graal Editora, 2007.

GIUMBELLI, Emerson (Org.). **Religião e sexualidade: convicções e responsabilidades.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GRUDEM, Wayne. **Teologia Sistemática.** São Paulo: Edições Vida Nova, 2011.

HAYS, Richard B. Awaiting the redemption of our bodies: the witness of Scripture concerning homosexuality. In SIKER, Jeffrey S. (Ed.). **Homosexuality in the church: both sides of the debate.** Louisville: Westminster John Knox Press, 1994.

HASBANY, Richard (Ed.). **Homosexuality and religion.** Binghamton: The Haworth Press, 1989.

HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Sexualidade, família e ethos religioso.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

KUEFLER, Mathew (Ed.). **The Boswell thesis: essays on Christianity, social tolerance, and homosexuality.** Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

MEADE, Teresa A.; WIESNER-HANKS, Merry E. (Eds.) **A companion to gender history.** 1ª ed. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2004.

MOLLENKOTT, Virginia Ramey. Overcoming heterosexism: to benefit everyone. In SIKER, Jeffrey S. (Ed.). **Homosexuality in the church: both sides of the debate.** Louisville: Westminster John Knox Press, 1994.

NYE, Robert A. Sexuality. In MEADE, Teresa A.; WIESNER-HANKS, Merry E. (Eds.) **A companion to gender history.** 1ª ed. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2004.

NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade masculina e experiência religiosa Pentecostal. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Sexualidade, família e ethos religioso.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SIKER, Jeffrey S. (Ed.). Homosexuals Christians, the Bible, and gentile inclusion: confessions of a repenting heterosexual. In _____. **Homosexuality in the church: both sides of the debate.** Louisville: Westminster John Knox Press, 1994.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Editora Pioneira, 2002.

WEEKS, Jeffrey. **Sexuality.** 2ª ed. Nova York: Routledge, 2003.

Revista Brasileira de História & Ciências Sociais

Vol. 4 N° 8, Dezembro de 2012

© 2012 by RBHCS

YOUNG, James B. De. **Homosexuality: contemporary claims examined in light of the Bible and other ancient literature and law.** Grand Rapids: Kregel Publication, 2000.

Recebido em Agosto de 2012

Aprovado em Outubro de 2012